

RELATÓRIO ADMINISTRATIVO IJCPM 2020

O Grupo JCPM acredita que para desenvolver regiões é preciso desenvolver as pessoas que nelas vivem. A partir dessa diretriz, criou o Instituto João Carlos Paes Mendonça de Compromisso Social, responsável por fazer o elo entre os empreendimentos comerciais e as necessidades das comunidades onde estão inseridos. O foco é atender jovens de 16 a 24 anos, estudantes de ou egressos de escolas públicas, moradores dos bairros dos entornos dos empreendimentos, formados majoritariamente por pessoas de baixa renda no Recife, Salvador, Fortaleza e Aracaju. O Instituto estrutura suas atividades a partir de três eixos: empregabilidade, ações socio culturais, de cidadania e empreendedorismo. Dessa maneira, desenvolve projetos de formação de mão de obra, apoiando tanto a inserção no mercado de trabalho tanto o desenvolvimento do potencial de cada um a partir da entrada no mercado formal, além de iniciativas que visam dinamizar a microeconomia local. Em 2020, diante do forte impacto social e econômico causados pela pandemia da Covid-19, tanto a atuação quanto o investimento direcionado para as áreas de compromisso social foram revistos diante das novas e urgentes necessidades das comunidades próximas. Ao longo do ano, foram aplicados extraordinariamente R\$ 5,3 milhões em iniciativas emergenciais baseadas em três pilares: política socioassistencial à população vulnerável, integração com parceiros e compromisso com o coletivo. Entre as ações que podemos citar estão a distribuição de 36.769 cestas básicas nas quatro cidades onde atuamos, doação de respiradores para hospitais públicos, criação de um Fundo Social para pequenos empreendedores, doação de máscaras, de tablets para estudantes, entre outras iniciativas. Ao investir no desenvolvimento pessoal e profissional da juventude, trabalha-se diuturnamente com a meta de mudar a expectativa de futuro de cada uma das pessoas beneficiadas pelo projeto, abrindo novas possibilidades e aumentando as condições competitivas de cada uma para as oportunidades que possam surgir com o desenvolvimento local.

No ano de 2020, as atividades foram desenvolvidas de forma online com o número total de **5.067** atendimentos, sendo esses os destaques:

- **2.307** jovens participam da ação de Elevação da Escolaridade;
- **942** jovens realizaram cursos de qualificação profissional e oficinas de habilidades específicas para atender às demandas do mercado local;
- **70** jovens foram preparados para inserção na universidade a partir do curso preparatório para o ENEM;
- **198** jovens fizeram parte do Programa Jovem Aprendiz, parceria entre o Instituto e o SENAC;
- **311** jovens realizaram cursos de férias nos meses de janeiro e julho;
- **160** jovens participaram das ações empreendedoras;
- **526** jovens fizeram formações ligadas ao Mundo Digital;
- **150** pessoas participaram de atividades de bem-estar e saúde.

Conselho Deliberativo

João Carlos Paes Mendonça - Presidente
Jaime de Queiroz Lima Filho - Vice-Presidente
João Carlos Paes Mendonça Tavares de Melo - Vice-Presidente
Marcelo Tavares de Melo Filho - Vice-Presidente
Renato Paes Mendonça Tavares de Melo - Vice-Presidente

Diretoria

Maria Lúcia Alves de Pontes - Diretora Superintendente
Rafael Monteiro de Barros Guimarães - Diretor Administrativo Financeiro
Carlos André de Arruda Falcão - Diretor de Controles
Carla Rossana de Seixas - Diretora de Comunicações
Francisco Rezende Brasil Bacelar - Diretor de Divisão Imobiliária
Araldo da Costa Porto Filho - Contador - CRC/PE - 022272/O-7

Balanco patrimonial em 31 de dezembro - Em milhares de reais

Ativo	2020	2019
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	787	415
Adiantamentos	1	1
Outros ativos	24	14
	<u>812</u>	<u>430</u>
Não circulante		
Imobilizado (Nota 4)	597	686
Intangível	32	46
	<u>629</u>	<u>732</u>
Total do ativo	<u>1.441</u>	<u>1.162</u>

Passivo e patrimônio social	2020	2019
Circulante		
Contas a pagar	83	105
Salários e encargos	205	216
Tributos a pagar	70	76
	<u>358</u>	<u>397</u>
Patrimônio social (Nota 5)		
Patrimônio social	765	296
Superávit acumulado	318	469
	<u>1.083</u>	<u>765</u>
Total do passivo e do patrimônio social	<u>1.441</u>	<u>1.162</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Seção A – Informações gerais

1. Contexto operacional - O Instituto JCPM de Compromisso Social ("Entidade") foi constituído em 20 de dezembro de 2006, conforme instrumento lavrado e registrado no 1º Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas do Recife, sob o nº de ordem 750813. A Entidade é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, financeira e administrativa, regida pelo Estatuto e pela legislação aplicável, com prazo de duração indeterminado.

A Entidade tem por finalidade executar práticas sociais que favoreçam o desenvolvimento justo e sustentável, beneficiando os grupos mais vulneráveis da sociedade, desenvolvendo ações de natureza exclusivamente social, utilizando metodologias que fortaleçam e promovam: o desenvolvimento econômico e social equitativo; a melhoria das condições de educação; o empreendedorismo voltado para micros e pequenos negócios e para as experiências de sistemas alternativos de geração de emprego e crédito; o voluntariado social; a assistência social, quando através dela se alcança autonomia familiar; apoios técnicos e financeiros às instituições e programas sociais; ações científicas e acadêmicas que subsidiem a implantação de práticas sociais inovadoras; e a prática de atividades correlatas às expressamente nomeadas.

Os recursos financeiros aplicados na consecução desses objetos advêm, principalmente, de doações realizadas pelos seus associados e conveniados. As doações são recebidas à medida que os recursos sejam necessários para suprir as eventuais necessidades de caixa da Entidade. O Instituto JCPM de Compromisso Social, por ser uma entidade sem fins lucrativos, está enquadrada como imune em relação ao imposto de renda e isenta em relação à contribuição social, nos termos dos artigos 150, inciso VI, alínea "c", e 195, parágrafo 7º, da Constituição Federal, e dos artigos 12 e 15 da Lei nº 9.532/97. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Entidade em 28 de junho de 2021.

1.1. Base de preparação - As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas – Pronunciamento Técnico CPC PME – "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas", incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 – "Entidades sem Finalidades de Lucros", assim como evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as quais foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, estão apresentadas na Nota 10.

Em função de não haver outros resultados abrangentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Entidade não está apresentando a demonstração do resultado abrangente nestas demonstrações financeiras.

Seção B – Riscos

2. Estimativas e julgamentos contábeis críticos - As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o CPC PME requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis.

Seção C – Notas explicativas relevantes selecionadas

3. Caixa e equivalentes de caixa - O saldo em 31 de dezembro de 2020 é composto por R\$ 259 em recursos em conta corrente (2019 - R\$ 70) e por R\$ 528 em aplicações financeiras em renda fixa (2019 - R\$ 345). As aplicações financeiras em renda fixa referem-se a certificados de depósitos bancários e quotas de fundos de investimento, os quais possuem liquidez imediata e têm remuneração atrelada à variação dos certificados de depósito interfinanceiro – CDI.

4. Imobilizado

	2020	2019	Vida útil estimada (em anos)	
	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Saldo líquido	
Benefícios em edificações	319	(25)	294	25
Equipamentos	113	(84)	29	10
Móveis e utensílios	150	(58)	92	10
Equipamentos de informática	402	(221)	181	20
Outros	1	-	1	10
	<u>985</u>	<u>(388)</u>	<u>597</u>	
	<u>2020</u>	<u>2019</u>		
Saldo em 1º de janeiro	686	558		
Aquisições	13	223		
Depreciação	(102)	(95)		
Saldo em 31 de dezembro	<u>597</u>	<u>686</u>		

Em 2019, as aquisições referem-se, substancialmente, a benfeitorias em edificações, compras de móveis e utensílios e equipamentos de informática que estão sendo utilizados nos projetos desenvolvidos pela Entidade.

5. Patrimônio social - As receitas auferidas pela Entidade devem ser empregadas integralmente nos seus objetivos sociais, descritos na Nota 1 às demonstrações financeiras. No caso de eventual encerramento das atividades da Entidade, por meio de proposta do Conselho Deliberativo e aprovado pela Assembleia Geral dos Associados, o patrimônio constituído será transferido ou alienado integralmente ao patrimônio de entidade congênere, a critério dos associados.

O superávit do exercício é registrado no grupamento superávit acumulado, no patrimônio social.

Em reunião realizada em 24 de abril de 2019, a Assembleia dos associados aprovou a incorporação do superávit do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 ao patrimônio social da Entidade.

Em reunião realizada em 29 de outubro de 2020, a Assembleia dos associados aprovou a incorporação do superávit do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 ao patrimônio social da Entidade.

6. Doações e contribuições recebidas

	2020	2019
João Carlos Paes Mendonça	8.479	895
Riomar Shopping S.A.	1.294	2.217
Salvador Norte Shopping S.A.	774	760
Riomar Shopping Fortaleza S.A.	678	797
Riomar Fortaleza Norte S.A.	629	632
Salvador Shopping S.A.	611	774
Riomar Shopping Aracaju S.A.	255	278
Shopping Center Jardins S.A.	255	278
Outros	20	23
	<u>12.995</u>	<u>6.654</u>

7. Projetos desenvolvidos pela Entidade - A Entidade promove ações para o desenvolvimento pessoal e profissional dos jovens das comunidades do Pina e de Brasília Teimosa, em Recife, em Salvador, em Aracaju e em Fortaleza. Os programas de formação e capacitação são a porta de entrada para novas oportunidades no mercado de trabalho, especialmente para os que têm entre 16 e 24 anos, matriculados ou egressos do ensino médio de escolas públicas. A Entidade acredita que trabalhar na elevação da escolaridade é um papel importante realizado junto às comunidades nas quais atua. Essa etapa é fundamental porque permite ao jovem reforçar conteúdos exigidos pelo mercado de trabalho. Há uma constante preocupação em desenvolver, nos participantes, atitudes que associam as vivências cotidianas – sociais e culturais – com posturas condizentes com o mundo corporativo. Além disso, a preparação para o vestibular é outra peça importante no desenvolvimento dos jovens. Em 2020, compreendendo o momento de vulnerabilidade de famílias carentes e sem possibilidade de desempenhar atividades econômicas em função da pandemia do Covid-19, a Entidade desenvolveu projeto para doação de cestas básicas a essas famílias. O investimento feito nesse exercício foi de R\$ 3.197.

8. Doações para projetos de parceiros

	2020	2019
Fundação Pedro Paes Mendonça	(3.000)	-
Doação de respiradores para hospitais (Covid-19)	(480)	-
Instituto Shopping Recife de Responsabilidade Social	(454)	(338)
Fundação Terra	(432)	(432)
Reforma do Hospital Alpha (Covid-19)	(200)	-
Doação de testes para Covid-19	(150)	-
Doação de Tablets aos Jovens da UFPE	(98)	-
Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UFPE	(80)	-
Fundação Alice Figueira de Apoio ao IMIP	(66)	(6)
Associação dos Servos de Deus	(53)	(48)
Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer	(50)	-
Doação de cadeiras de rodas	(41)	(48)
Grupo de Ajuda a Criança Carente com Câncer - GAC	(30)	-
Núcleo de Apoio à Criança com Câncer - NACC	(18)	(12)
Associação das Religiosas da Instrução Cristã	(12)	-
Lar dos Pequenos de Jesus	(10)	(12)
Associação Lar do Neném	(9)	(4)
Outras	(319)	(77)
	<u>(5.502)</u>	<u>(977)</u>

Referem-se a doações de recursos financeiros e materiais para custeio de projetos de entidades parceiras de assistência social que têm como objetivo manter atividades de natureza filantrópica, beneficente, cultural e educacional.

Demonstração do resultado		
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais		
	2020	2019
Receitas das atividades		
Doações e contribuições recebidas (Nota 6)	12.995	6.654
Receitas financeiras	13	33
	<u>13.008</u>	<u>6.687</u>
Despesas das atividades		
Projetos desenvolvidos pela Entidade (Nota 7)	(7.071)	(5.131)
Doações para projetos de parceiros (Nota 8)	(5.502)	(977)
Administrativas	-	-
Depreciação e amortização	(116)	(109)
Despesas financeiras	(1)	(1)
	<u>(12.690)</u>	<u>(6.218)</u>
Superávit do exercício	<u>318</u>	<u>469</u>

Demonstração das mutações do patrimônio social			
Em milhares de reais			
	Patrimônio social	Superávit acumulado	Total
Em 1º de janeiro de 2018	295	1	296
Incorporação do superávit acumulado (Nota 5)	1	(1)	-
Superávit do exercício	-	469	469
Em 31 de dezembro de 2019	296	469	765
Incorporação do superávit acumulado (Nota 5)	469	(469)	-
Superávit do exercício	-	318	318
Em 31 de dezembro de 2020	<u>765</u>	<u>318</u>	<u>1.083</u>

9. Cobertura de seguros - A contratação de seguros é feita com base em programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com os bens pertencentes à Entidade. Para estes bens, foi contratado seguro para riscos diversos, com cobertura total de R\$ 8.500, montante considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros, segundo a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Seção D – Políticas contábeis

10. Resumo das principais políticas contábeis

10.1. Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

10.2. Ativos financeiros - A Entidade classifica seus ativos financeiros como "ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado", os quais são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, representados unicamente por principal e juros, não cotados em um mercado ativo, e estão apresentados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Associados

Instituto JCPM de Compromisso Social

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto JCPM de Compromisso Social ("Entidade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto JCPM de Compromisso Social em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável

Demonstração dos fluxos de caixa		
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais		
	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	318	469
Ajustes de		
Depreciação e amortização	116	109
Variações nos ativos e passivos		
Adiantamentos	-	(1)
Outros ativos	(10)	15
Contas a pagar	(22)	(17)
Salários e encargos sociais	(11)	(13)
Tributos a pagar	(6)	(2)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>385</u>	<u>560</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de bens do ativo imobilizado (Nota 4)	(13)	(223)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(13)</u>	<u>(223)</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	372	337
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	415	78
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>787</u>	<u>415</u>

meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). As receitas com juros provenientes destes ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Esses ativos compreendem aplicações financeiras, adiantamentos e outros ativos.

10.3. Imobilizado - É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear pelas vidas úteis estimadas mencionadas na Nota 4.

10.4. Intangível - Os gastos associados à aquisição do direito de uso de softwares de propriedade de terceiros, que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis e são amortizados pelo período de 5 anos.

10.5. Contas a pagar - As contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, quando aplicável. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

10.6. Apuração do superávit - As receitas de doações e contribuições são registradas quando recebidas.

As despesas das atividades referem-se principalmente a gastos com pessoal, serviços prestados e de manutenção dos projetos desenvolvidos pela Entidade ou por terceiros, além de outras despesas necessárias para a condução das atividades da Entidade e estão registradas pelo regime de competência.

é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 28 de junho de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" PE

Vinicius Ferreira Britto Régo - Contador CRC 1BA024501/O-9